# Primazia coercitiva e o ciclo de retroalimentação da sobre-extensão: Trump II, a guerra com o Irã e a erosão da hegemonia

## *La primacía coercitiva y el ciclo de retroalimentación de la sobreexpansión: Trump II, la guerra con Irán y la erosión de la hegemonía*

## *Coercive Primacy and the Overstretch Feedback Loop: Trump II, the Iran War, and the Erosion of Hegemony*

***Paulo Esteves***

**Resumo:** Este artigo analisa uma tensão central da política externa do segundo governo Trump. A tentativa de preservar a primazia norte-americana por meio da priorização estratégica, da mobilização industrial e da transferência de encargos aos aliados pode elevar, em vez de reduzir, o custo nacional da liderança. O argumento distingue primazia, entendida como a posição e a estratégia de permanecer em primeiro lugar, de hegemonia, entendida como a capacidade relacional de converter preponderância em uma ordem apoiada por instituições, barganhas, legitimidade e algum grau de consentimento. Define-se primazia coercitiva como a defesa da primazia por métodos que corroem as relações hegemônicas. A guerra conduzida pelos Estados Unidos e por Israel contra o Irã funciona como teste de estresse, uma vez que rotações navais, restrições de disponibilidade de forças e pressão sobre estoques de interceptadores tornam visível a sobre-extensão industrial. A transferência coercitiva de encargos, por sua vez, pode incentivar aliados a se rearmar, diversificar fornecedores e ampliar sua autonomia. O artigo examina ainda o tempo político das eleições de meio de mandato e o uso das Américas como espaço de sucessos demonstráveis, com atenção a Cuba e às pressões relacionadas às eleições brasileiras. Uma intervenção militar em Cuba e uma operação coordenada para determinar o resultado eleitoral no Brasil permanecem no estatuto de hipóteses, e o texto as trata como tais. Corte de informação em 31 de agosto de 2026.

**Palavras-chave:** primazia; hegemonia; sobre-extensão; transferência coercitiva de encargos; alianças; Américas.

***Resumen:*** *Este artículo examina una tensión central de la política exterior del segundo gobierno de Trump. El intento de preservar la primacía estadounidense mediante la priorización estratégica, la movilización industrial y la transferencia de cargas a los aliados puede aumentar, en lugar de reducir, el costo nacional del liderazgo. El argumento distingue primacía, entendida como la posición y la estrategia de mantenerse en primer lugar, de hegemonía, entendida como la capacidad relacional de convertir la preponderancia en un orden sostenido por instituciones, acuerdos, legitimidad y cierto grado de consentimiento. Se define primacía coercitiva como la defensa de la primacía por métodos que erosionan las relaciones hegemónicas. La guerra conducida por Estados Unidos e Israel contra Irán funciona como prueba de estrés, ya que las rotaciones navales, las restricciones de disponibilidad de fuerzas y la presión sobre los inventarios de interceptores hacen visible la sobreextensión industrial. La transferencia coercitiva de cargas también puede alentar a los aliados a rearmarse, diversificar proveedores y ampliar su autonomía. El artículo examina además el tiempo político de las elecciones de medio término y el uso de las Américas como escenario de éxitos demostrables, con atención a Cuba y a las*

*presiones relacionadas con las elecciones brasileñas. Una intervención militar en Cuba y una operación coordinada para determinar el resultado electoral en Brasil conservan el estatuto de hipótesis, y el texto las trata como tales. Corte de información, 31 de agosto de 2026.*

***Palabras clave:*** *primacía; hegemonía; sobreextensión; transferencia coercitiva de cargas; alianzas; Américas.*

***Abstract:*** *This article examines a central tension in the second Trump administration's foreign policy. The effort to preserve U.S. primacy through strategic prioritisation, industrial mobilisation, and burden shifting may increase, rather than reduce, the national cost of leadership. It distinguishes primacy, understood as the status and strategy of remaining first, from hegemony, understood as the relational capacity to translate preponderance into an order sustained by institutions, bargains, legitimacy, and a degree of consent. Coercive primacy is defined as defending primacy by methods that erode hegemonic relationships. The U.S. and Israeli war against Iran serves as a stress test, since naval rotations, force-availability constraints, and pressure on interceptor stocks make industrial overstretch visible. Coercive burden shifting may also encourage allies to rearm, diversify suppliers, and increase their autonomy. The article further examines the political time of the midterms and the use of the Americas as a theatre of demonstrable success, with attention to Cuba and pressures related to Brazil's elections. A military intervention in Cuba and a coordinated operation to determine Brazil's electoral result retain the status of hypotheses, and the text treats them as such. Information cut-off, 31 August 2026.*

***Keywords:*** *primacy; hegemony; overstretch; coercive burden shifting; alliances; the Americas.*

## 1. O argumento

O segundo governo Trump costuma ser descrito por meio de rótulos concorrentes, entre os quais retração, nacionalismo, transacionalismo e uma forma renovada de primazia. A tensão central do período aparece com maior nitidez na interação entre objetivos políticos ambiciosos e restrições cada vez mais visíveis sobre recursos militares, industriais, fiscais e de aliança. A própria orientação de defesa reconhece a escassez. Em fevereiro de 2025, o secretário de Defesa Pete Hegseth afirmou que os Estados Unidos priorizavam a dissuasão da China no Pacífico ao mesmo tempo que "reconheciam a realidade da escassez" e explicitavam escolhas na alocação de recursos. Em maio do mesmo ano, sustentou que uma partilha maior de encargos permitiria aos Estados Unidos concentrar-se mais intensamente no Indo-Pacífico (Hegseth 2025a; 2025b).

A Estratégia Nacional de Defesa divulgada em 23 de janeiro de 2026 formalizou essa abordagem em quatro linhas de esforço, a saber, a defesa do território nacional e do Hemisfério Ocidental, a dissuasão da China no Indo-Pacífico, o aumento da partilha de encargos com aliados e a reconstrução da base industrial de defesa (U.S. Department of War 2026). Em princípio, trata-se de uma estratégia contra a sobre-extensão, uma vez que se propõe a hierarquizar teatros, reduzir encargos secundários e ampliar a capacidade. A hierarquia interna do documento, contudo, já introduz uma tensão que merece registro. Ao colocar o território nacional e o hemisfério na primeira posição e a dissuasão da China na segunda, o texto desloca o eixo da priorização anunciada em 2025 e amplia, em vez de estreitar, o conjunto de compromissos formalmente assumidos. A política efetiva seguiu essa ordenação de modo ainda menos consistente. A guerra com o Irã absorveu recursos navais e munições enquanto outros teatros continuaram exigentes, a coerção econômica dirigiu-se tanto a adversários quanto a

aliados, e garantias de segurança passaram a ser tratadas, de forma crescente, como instrumento para extrair maior conformidade financeira, comercial e política.

A proposição analítica sustentada aqui admite que os Estados Unidos conservam plena capacidade de conduzir grandes operações militares e mantém a hipótese do declínio terminal fora do escopo do argumento. O que se propõe exige a separação de três conceitos. Unipolaridade descreve uma distribuição sistêmica de capacidades. Primazia designa a posição e o objetivo de grande estratégia de permanecer em primeiro lugar, preservando vantagens políticas, econômicas e militares sobre possíveis competidores pares (Posen e Ross 1996; Monteiro 2014). Hegemonia é empregada aqui em sentido relacional, como a capacidade de converter preponderância em uma ordem sustentada por instituições, barganhas, legitimidade e algum grau de consentimento (Cox 1983; Ikenberry 2011). Como parte da literatura emprega primazia e hegemonia de modo intercambiável, a distinção é deliberada. Primazia coercitiva é a expressão proposta neste artigo para designar a defesa da primazia por métodos que corroem relações hegemônicas. Trump II pode preservar instrumentos de preeminência no curto prazo enquanto enfraquece a cooperação aliada que os torna sustentáveis.

## 2. Da sobre-extensão clássica à sobre-extensão multidimensional

A intuição clássica da sobre-extensão é direta. Um Estado se torna estrategicamente vulnerável quando o custo de seus compromissos externos cresce mais rapidamente que os recursos disponíveis para sustentá-los. A interpretação histórica de Kennedy sobre o declínio das grandes potências tornou célebre o desequilíbrio entre compromissos militares e a base econômica do poder, e debates posteriores sobre a grande estratégia norte-americana reformularam o problema como escolha entre contenção ou balanceamento offshore e a continuidade de um engajamento profundo (Kennedy 1987; Layne 1997; Posen 2014; Brooks e Wohlforth 2016).

O caso contemporâneo dos Estados Unidos é mais complexo porque os recursos nacionais, tomados isoladamente, subestimam a capacidade efetiva. O poder norte-americano é produzido por uma rede de bases, compartilhamento de inteligência, logística, forças aliadas, armamentos interoperáveis, coprodução industrial, acordos de acesso e legitimidade política. As alianças criam compromissos e, simultaneamente, reduzem o custo de cumpri-los. A sobre-extensão é, portanto, relacional além de material.

Este artigo distingue quatro dimensões. A sobre-extensão operacional diz respeito a forças mobilizáveis, prontidão, manutenção e capacidade de rotacionar unidades entre teatros. A sobre-extensão industrial é a distância entre o consumo em tempo de guerra e a velocidade de regeneração de mísseis, interceptadores, navios e outras capacidades avançadas. A sobre-extensão fiscal envolve, no longo prazo, a interação entre gastos de defesa, déficits, serviço da dívida e demandas domésticas concorrentes. A sobre-extensão relacional ocorre quando a sustentação de compromissos globais exige cooperação aliada, ao mesmo tempo que uma gestão coercitiva reduz progressivamente a disposição dos aliados para fornecê-la.

## 3. A guerra com o Irã como teste de estresse da priorização

A guerra com o Irã importa porque converte um debate abstrato sobre alocação de recursos em um problema observável entre vários teatros. Analistas do Council on Foreign Relations argumentam que o conflito demonstrou tanto o alcance extraordinário do poder militar norte-americano quanto o custo de sustentar operações de alta intensidade enquanto se prepara uma possível guerra com a China. Munições de precisão, interceptadores de defesa

aérea, meios navais e capacidade de manutenção são finitos, e os longos prazos de produção fazem com que a reposição dos recursos empregados hoje se estenda por anos (Ewers e Schiffer 2026).

A Brookings chega a conclusão empírica semelhante e a uma avaliação estratégica mais cautelosa. O'Hanlon e Poznansky sustentam que a guerra pressionou de modo significativo os estoques norte-americanos de munições e que a reposição levará anos, ao mesmo tempo que rejeitam a afirmação mais forte de que estoques menores, por si sós, tornariam pouco crível a dissuasão da China (O'Hanlon e Poznansky 2026). A distinção é essencial. A sobre-extensão designa a redução da margem estratégica, o que se manifesta em reservas menores, cronogramas de rotação mais apertados, maior competição entre comandos combatentes e menor liberdade para absorver uma segunda crise. A impotência militar pertence a outra ordem de fenômenos e permanece fora do que a evidência disponível autoriza afirmar.

Os acontecimentos do final de agosto de 2026 tornam o problema mais concreto. O USS Abraham Lincoln deixou o Oriente Médio em 22 de agosto, após quase sete meses na região e 274 dias de deslocamento, tendo permanecido mais de oito meses no mar desde sua última escala declarada, realizada em Guam em 11 de dezembro, marca que superou o recorde de 206 dias estabelecido pelo USS Dwight D. Eisenhower durante a pandemia. O USS George Washington, baseado avançadamente no Japão, entrou na área do Comando Central em 19 de agosto e juntou-se ao USS George H. W. Bush, de modo que a rotação preservou a presença de dois porta-aviões no Oriente Médio ao custo do deslocamento temporário de um meio central ao Indo-Pacífico (USNI News 2026). A Coreia do Sul informou, em 24 de agosto, que os Estados Unidos cancelaram o exercício anfíbio Ssangyong previsto para setembro, alegando restrições de disponibilidade de forças relacionadas à guerra, comunicadas ao comando sul-coreano desde junho (Reuters 2026b). Em 30 de agosto, um ataque norte-americano a dois lançadores na ilha de Larak, descritos por autoridades dos Estados Unidos como preparados para lançar minas navais no Estreito de Ormuz, encerrou uma pausa de um mês nas operações contra o território iraniano. O Irã retaliou na madrugada de 31 de agosto, a Jordânia relatou a interceptação de oito mísseis e os Emirados Árabes Unidos declararam ter interceptado um drone iraniano (Associated Press 2026f; 2026g). O conjunto documenta persistência do conflito, tensão nas rotações e risco renovado de escalada entre teatros.

**4. Sobre-extensão industrial. Dinheiro e capacidade em temporalidades distintas**

A restrição mais imediata é industrial. A reconstrução da base industrial de defesa constitui um dos quatro pilares da Estratégia Nacional de Defesa de 2026 (U.S. Department of War 2026). Dotações orçamentárias, porém, ocupam apenas o primeiro elo de uma cadeia longa. Entre um orçamento maior e armamentos operacionalmente disponíveis situam-se contratação, instalações, fornecedores, mão de obra qualificada, minerais críticos, testes, certificação, entrega, treinamento e integração. Para mísseis sofisticados, sistemas de defesa aérea e plataformas navais, as fontes examinadas indicam prazos de reposição medidos em anos (Ewers e Schiffer 2026; O'Hanlon e Poznansky 2026).

A cobertura jornalística do final de agosto tornou mais nítida a evidência sobre estoques e, no mesmo movimento, expôs sua contestação. Em 27 de agosto, a Associated Press relatou, com base em um funcionário da defesa norte-americana na Europa e em um funcionário da OTAN, ambos em condição de anonimato, que os estoques norte-americanos de interceptadores Patriot situados na Europa estavam "além do nível crítico", em grande medida por causa da guerra com o Irã, e que escassez semelhante afetava os mísseis ATACMS

(Associated Press 2026d). Duas autoridades responderam publicamente. O coronel Martin O'Donnell, porta-voz militar sênior da OTAN, afirmou que a caracterização era improcedente e que a aliança dispõe de munições de defesa aérea suficientes para defender-se e para doar à Ucrânia. Sean Parnell, porta-voz-chefe do Pentágono, declarou falsas as alegações de escassez de munições dos Estados Unidos. O material quantitativo de acesso público provém do Center for Strategic and International Studies, segundo o qual o conflito com o Irã consumiu cerca de 65% do estoque norte-americano de Patriot, aproximadamente 1.500 dos 2.330 interceptadores disponíveis, com produção estimada em 600 unidades no ano corrente e meta de 2.000 por ano fixada para 2030. A mesma reportagem registra que as transferências anteriores à Ucrânia já haviam reduzido o estoque, ainda que de forma planejada, enquanto o consumo no Oriente Médio ocorreu de modo abrupto, o que atribui à guerra com o Irã a condição de fator decisivo dentro de uma causalidade múltipla (Associated Press 2026d).

O estatuto epistêmico dessa evidência exige precisão. Trata-se de avaliação oficial reportada sob anonimato, contestada no registro público por duas autoridades identificadas, e complementada por estimativas de um centro de pesquisa. Lida em conjunto com a rotação dos porta-aviões e com o cancelamento do exercício coreano, ela sustenta uma tese estreita de sobre-extensão industrial, segundo a qual o consumo em guerra e os atrasos de regeneração reduzem a margem estratégica e forçam substituições visíveis entre regiões. A tese mais ampla, segundo a qual a dissuasão da OTAN teria entrado em colapso, permanece além do que essas fontes autorizam. A abertura, prevista para setembro de 2026, da primeira linha europeia de produção de mísseis Patriot, na Alemanha, com entregas iniciais projetadas para o começo do ano seguinte, indica que a regeneração já está em curso e que sua temporalidade se mede em anos (Associated Press 2026d).

Argumentos fiscais exigem cautela maior. Déficits e custos do serviço da dívida podem restringir escolhas futuras, ainda que a documentação examinada permaneça silenciosa quanto à existência de um limite fiscal vinculante no curto prazo para essas operações. A evidência pública de sobre-extensão industrial mostra-se mais direta que a evidência de uma restrição fiscal já operante. A afirmação defensável permanece, portanto, condicional. Pressões fiscais podem amplificar, ao longo do tempo, restrições industriais e operacionais.

**5. Da partilha de encargos à transferência coercitiva de encargos**

A partilha de encargos é, em princípio, uma resposta racional à escassez. O governo enuncia a lógica de forma explícita. À medida que os aliados assumem mais responsabilidades, os Estados Unidos podem dedicar maior atenção ao Indo-Pacífico (Hegseth 2025b). Essa posição aproxima-se dos defensores da priorização no debate norte-americano de grande estratégia. Uma Europa mais capaz, assim como um Japão ou uma Coreia do Sul mais capazes, pode reduzir a quantidade de forças norte-americanas necessária à dissuasão regional.

A dificuldade surge quando a partilha de encargos se funde à coerção econômica e à condicionalidade entre diferentes áreas de política. Uma análise do CSIS no início de 2025 advertiu que a agenda comercial de Trump poderia transformar disputas transatlânticas de segurança e economia em um único espaço transacional de barganha (Bergmann et al. 2025). Trabalho posterior do mesmo centro descreveu um padrão mais amplo no qual aliados precisam navegar políticas que tratam alianças menos como ativos estratégicos e mais como transações capazes de vincular proteção norte-americana, acesso ao mercado, compras de armas dos Estados Unidos e alinhamento político (CSIS 2025).

A condicionalidade entre teatros tornou-se mais visível no final de agosto de 2026. Em 24 de agosto, o Tesouro lançou a Operation Economic Outcast, campanha destinada a romper os vínculos financeiros do Irã, com foco inicial em cinco setores, a saber, ativos digitais, tecnologia, ouro, aviação e transporte marítimo, e com designações que alcançaram cerca de sessenta entidades, embarcações e indivíduos situados nos Emirados Árabes Unidos, em Hong Kong, na China, em Singapura e na Suíça (U.S. Department of the Treasury 2026). O alcance extraterritorial da medida é o elemento analiticamente decisivo, uma vez que transfere a jurisdições terceiras, entre elas parceiros e aliados, o custo de conformidade de uma campanha decidida em Washington. Na reunião de ministros de finanças do G20, em 31 de agosto, o secretário Scott Bessent buscou participação aliada mais ampla enquanto disputas tarifárias pressionavam muitas das mesmas relações (Associated Press 2026h). O lançamento da campanha e a iniciativa diplomática são fatos verificáveis. Permanecem em aberto a disposição dos parceiros para assumir os custos solicitados e a capacidade da campanha de compelir Teerã. Este artigo denomina transferência coercitiva de encargos o mecanismo mais estreito pelo qual Washington pede que aliados absorvam custos econômicos e diplomáticos de uma campanha liderada pelos Estados Unidos enquanto acesso a mercados, tarifas ou dependência de segurança moldam o ambiente mais amplo de barganha.

**6. Hegemonia, o multiplicador das alianças e a sobre-extensão relacional**

A rede de alianças constitui a ponte prática entre primazia e hegemonia e figura entre os principais mecanismos pelos quais os Estados Unidos evitam a sobre-extensão. Aliados fornecem acesso avançado, logística, inteligência, apoio do país anfitrião, forças interoperáveis, profundidade industrial e legitimidade política. Esses elementos integram a capacidade efetiva com o mesmo estatuto que forças e plataformas. No uso relacional adotado aqui, a autoridade hegemônica reduz os custos de transação e de imposição da primazia, ao passo que o enfraquecimento da confiança eleva o custo de exercer o poder mesmo quando tratados e capacidades agregadas permanecem intactos (Cox 1983; Ikenberry 2011).

Análises recentes sobre aliados asiáticos ilustram o mecanismo. A Chatham House argumenta que as exigências de defesa de Trump pressionam aliados do Indo-Pacífico a gastar mais e, simultaneamente, os estimulam a reduzir sua vulnerabilidade à imprevisibilidade norte-americana (Kanodia 2025). O CFR descreveu posteriormente esforços aliados de hedging em relação aos Estados Unidos, ressaltando que a profunda integração militar, econômica e tecnológica torna esse movimento difícil e gradual, distinto, portanto, do abandono de Washington (Lindsay 2026). Outra análise do mesmo centro sustenta que condições norte-americanas de defesa cada vez mais exigentes podem abrir espaço para a China ao incentivar parceiros asiáticos a diversificar suas relações (CFR 2026).

O resultado é denominado aqui paradoxo da autonomia. Trump busca aliados simultaneamente mais capazes e igualmente obedientes. As capacidades adquiridas para reduzir o encargo norte-americano, entre elas orçamentos de defesa maiores, indústrias nacionais mais fortes, novas redes minilaterais e fornecedores diversificados, também diminuem a dependência de Washington e podem ampliar a autonomia de barganha dos aliados. A partilha material de encargos pode, assim, ter êxito enquanto a hegemonia dos Estados Unidos se enfraquece.

Este artigo define sobre-extensão relacional como a retroalimentação pela qual a defesa da primazia corrói a cooperação que torna a primazia economicamente suportável. Quando compromissos excedem a capacidade nacional confortavelmente disponível, Washington exige

mais dos aliados. Se essas exigências se tornam coercitivas, os aliados adquirem incentivos maiores para adotar hedging, diversificar e desenvolver capacidade autônoma. A adaptação pode reduzir a disponibilidade automática de bases, logística, apoio político, cooperação industrial e alinhamento diplomático. Os Estados Unidos passam então a necessitar de mais recursos nacionais para produzir o mesmo efeito estratégico, de modo que a primazia se preserva ao custo do consumo de parte de suas próprias bases hegemônicas.

**7. Primazia coercitiva e o ciclo de retroalimentação da sobre-extensão**

O conceito pode ser resumido como um ciclo endógeno de seis estágios. No primeiro, a escassez de forças, inventários e capacidade industrial pressiona pela priorização. No segundo, a transferência de encargos solicita aos aliados que assumam custos regionais maiores, o que pode liberar capacidade norte-americana. No terceiro, a condicionalidade coercitiva vincula a alavanca de segurança a comércio, aquisições ou alinhamento político e amplia a fricção entre aliados. No quarto, os aliados respondem com rearmamento, diversificação, minilateralismo e hedging, reduzindo sua dependência. No quinto, a erosão hegemônica diminui o acesso, o apoio, a legitimidade e o alinhamento automáticos, elevando o custo marginal da primazia. No sexto, a retroalimentação obriga os Estados Unidos a empregar mais recursos nacionais para sustentar os mesmos compromissos, e a sobre-extensão volta a crescer.

O ciclo comporta reversão. Os aliados continuam profundamente dependentes do poder norte-americano em vários domínios, e maior capacidade aliada pode fortalecer a dissuasão coletiva (Lindsay 2026). A afirmação permanece condicional. Quanto mais a partilha de encargos se combinar com coerção e incerteza, maior a probabilidade de que os ganhos materiais do rearmamento aliado sejam compensados por perdas relacionais.

A guerra com o Irã funciona como teste de estresse porque vincula os três mecanismos centrais. Primeiro, expõe restrições industriais e operacionais por meio do consumo e do emprego prolongados. Segundo, aumenta os incentivos para que Washington extraia mais apoio dos aliados. Terceiro, torna mais consequente o custo de oportunidade da fricção entre aliados precisamente quando a estratégia dos Estados Unidos depende da capacidade aliada para manter o Indo-Pacífico como teatro prioritário.

**8. Implicações**

Três implicações decorrem do argumento. Primeiro, o artigo toma por objeto o custo marginal de uma estratégia geograficamente dispersa sob contingências simultâneas, deixando de lado medidas abstratas de poder agregado. Segundo, a avaliação da estratégia de partilha de encargos requer indicadores que ultrapassem o gasto militar dos aliados e alcancem acesso, interoperabilidade, cooperação de inteligência, integração de aquisições, alinhamento político e hedging. Terceiro, a China pode beneficiar-se indiretamente da sobre-extensão norte-americana enquanto se abstém de reproduzir os compromissos globais dos Estados Unidos. A Brookings observa que Pequim, em geral, evitou assumir no Oriente Médio encargos de segurança equivalentes, ao mesmo tempo que buscou influência diplomática e econômica (Brookings 2026). A competição estratégica diz respeito, portanto, à distribuição dos custos da ordem tanto quanto aos arsenais agregados.

O risco central para Trump II reside na transição gradual para uma primazia sem hegemonia, hipótese analiticamente distinta da do esgotamento imediato de recursos. Uma estratégia concebida contra a sobre-extensão torna-se geradora de sobre-extensão quando novos compromissos consomem recursos reservados ao teatro prioritário e a gestão coercitiva

das alianças enfraquece a rede destinada a compensar a escassez. O indicador decisivo consiste em verificar se a capacidade nacional dos Estados Unidos, a disposição dos aliados e a legitimidade institucional avançam na mesma direção ou em direções opostas, questão que ultrapassa qualquer rubrica orçamentária isolada e qualquer desdobramento tomado em separado.

**9. As eleições de meio de mandato e as Américas como espaço de sucessos demonstráveis**

A proximidade das eleições de meio de mandato de novembro de 2026 acrescenta uma dimensão doméstica ao problema da sobre-extensão. A pesquisa Reuters/Ipsos mais recente, realizada ao longo de quatro dias encerrados em 24 de agosto com 1.215 adultos norte-americanos e margem de erro amostral informada de cerca de três pontos percentuais, indicou que 31% apoiavam a ação militar dos Estados Unidos contra o Irã, ante 34% no início do mesmo mês e 37% em março, enquanto a aprovação de Trump permanecia em 33% e 83% esperavam um envolvimento norte-americano prolongado (Ipsos 2026). No plano econômico, a gasolina continuava acima de quatro dólares por galão e o índice de confiança do consumidor do Conference Board recuou de 90,2 em julho para 89,4 em agosto, menor patamar desde janeiro, com o subíndice de expectativas em 68,2, abaixo do limiar de 80 que a instituição associa a recessão nos doze meses seguintes, ainda que o subíndice de situação presente tenha subido para 121,2 (Associated Press 2026c). O próprio Conference Board atribui o movimento a um conjunto de fatores que inclui preços, custos de energia, emprego, tarifas e conflito armado, de modo que a leitura que isola o efeito da guerra sobre a confiança do consumidor permanece como inferência deste artigo, de estatuto distinto do dos achados da fonte. Os indicadores políticos e econômicos são observados. A inferência que deles se extrai, distinta de um plano de campanha verificado, é que eles aumentam os incentivos para identificar arenas de política externa nas quais o governo possa apresentar realizações menos custosas, mais visíveis e politicamente legíveis antes de novembro.

As Américas são especialmente adequadas a esse papel porque ocupam posição de primeiro plano na grande estratégia formal do governo. A Estratégia de Segurança Nacional datada de novembro de 2025 e divulgada em dezembro do mesmo ano eleva o Hemisfério Ocidental ao topo da hierarquia regional, ao lado da defesa do território nacional, e propõe um "Corolário Trump" à Doutrina Monroe para restaurar a preeminência norte-americana, impedir que competidores extra-hemisféricos posicionem forças ou controlem ativos estratégicos e mobilizar parceiros regionais em migração, narcóticos e segurança (White House 2025). A Estratégia Nacional de Defesa de 2026 consolidou essa posição ao inscrever o hemisfério na primeira linha de esforço (U.S. Department of War 2026). Esse registro documental impõe uma qualificação ao argumento eleitoral. A centralidade hemisférica antecede o calendário de novembro e possui estatuto doutrinário próprio, de modo que o tempo político opera aqui como acelerador de uma orientação já formalizada, cabendo o estatuto de causa ao próprio arranjo doutrinário. O hemisfério pode, nesse quadro, ser narrado domesticamente como a arena em que a primazia coercitiva funciona, uma vez que a proximidade reduz alguns custos logísticos, a assimetria econômica dos Estados Unidos é grande e os resultados podem ser enquadrados em torno de fronteiras, drogas, migração, China e alinhamento de regimes, temas facilmente conectados à coalizão doméstica de Trump.

Esse quadro cria um contraste potencialmente decisivo com o Irã. No Oriente Médio, a coerção gerou persistência, rotação e pressão industrial sem um estado final político definido. Nas Américas, o governo pode apresentar o marco Monroe reativado e uma possível cooperação de segurança como prova de que a alavancagem produz resultados. As discussões de Hegseth

em agosto sobre possíveis operações conjuntas com a Colômbia ilustram a passagem da influência diplomática à liderança operacional de segurança (Reuters 2026a). Em 28 de agosto, Trump anunciou um acordo que, segundo ele, daria a interesses norte-americanos o controle majoritário de mais de 65 bilhões de barris de reservas venezuelanas, negociado por Marco Rubio e Pete Hegseth com a presidenta interina Delcy Rodríguez e estruturado em torno de dezessete campos e de uma participação de 55% na produção de uma nova empresa (Associated Press 2026e). O anúncio é verificável. Os termos jurídicos, as empresas envolvidas, a forma de exercício do controle e a durabilidade do arranjo permaneceram por divulgar no material público examinado. A mudança política em Caracas que tornou possível o acordo integra, ela própria, a sequência coercitiva analisada aqui e merece tratamento autônomo em investigação posterior. Ainda assim, o anúncio oferece uma narrativa vendável de controle hemisférico e alívio energético enquanto a guerra com o Irã mantém elevados os preços dos combustíveis (Associated Press 2026c).

Cuba constitui a extensão mais consequente e mais perigosa dessa lógica. O governo declarou emergência nacional em relação a Cuba em janeiro de 2026 e ampliou a autoridade de sanções em maio (White House 2026a; 2026b). Em 20 de agosto, o Departamento de Estado anunciou, e o Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros registrou, sanções de bloqueio contra nove entidades estatais de mineração, metais, construção e comércio exterior, entre as quais o Ministério da Construção e a Empresa de Níquel Comandante Ernesto Che Guevara, além de três dirigentes do Instituto Cubano de Amizade com os Povos, com fundamento na Ordem Executiva 14404. Separadamente, Trump prorrogou até 14 de setembro de 2027 as autoridades relacionadas a Cuba previstas no Trading with the Enemy Act (Associated Press 2026b; OFAC 2026; Trump 2026). O conjunto documenta uma campanha coercitiva em intensificação. O estatuto epistêmico de uma eventual intervenção militar permanece o de hipótese, e o material público examinado sustenta apenas a descrição da escalada sancionatória. Uma ação desse tipo acarretaria riscos de escalada, humanitários, jurídicos e de pós-conflito, e poderia reproduzir a dinâmica de sobre-extensão identificada neste artigo.

O Brasil apresenta mecanismo distinto, que opera por pressão política e econômica em ambiente eleitoral. As relações foram politizadas por disputas sobre tarifas, vistos e sanções e pelo alinhamento de Trump ao campo bolsonarista. Em 21 de agosto, Lula telefonou a Trump em conversa de aproximadamente uma hora e vinte minutos, a primeira entre os dois desde a nova rodada tarifária, que alcança 37,5% para parte dos produtos brasileiros. Segundo o governo brasileiro, Lula classificou as medidas como infundadas, e o representante comercial norte-americano Jamieson Greer procurou o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços para agendar negociações na semana seguinte (Reuters 2026c). A ligação e as conversas agendadas são fatos. Interpretá-las como desescalada duradoura ou como barganha eleitoral seria prematuro. Em julho, o Brasil negou vistos a dois funcionários do Departamento de Estado, alegando que a visita planejada poderia lançar dúvidas sobre seu sistema eleitoral, ao passo que o Departamento de Estado classificou a alegação como infundada e descreveu a viagem como rotineira (Associated Press 2026a). O registro documenta pressão, sinalização partidária e versões oficiais concorrentes. Uma operação norte-americana coordenada e verificada para determinar o resultado de outubro permanece, no material examinado, no plano da hipótese. A pressão externa pode ainda fortalecer a narrativa de soberania de Lula e produzir efeitos opostos aos desejados por atores alinhados a Trump.

O artigo acrescenta ao modelo uma quinta dimensão, o tempo político. O hemisfério combina elevada alavancagem norte-americana com temas centrais à narrativa doméstica de

Trump, e o mesmo mecanismo pode aprofundar o ciclo de retroalimentação. Um anúncio petrolífero sobre a Venezuela pode anteceder em muito sua implementação. Uma escalada contra Cuba pode criar outro compromisso sem horizonte definido. A pressão sobre o Brasil pode provocar reação adversa e hedging. Tratar a região como esfera na qual os resultados deveriam conformar-se a Washington arrisca converter dominância de curto prazo em sobre-extensão relacional. O teste decisivo consiste em verificar se ganhos politicamente vendáveis nas Américas ampliam a distância entre as ambições dos Estados Unidos e os recursos e as relações necessários para sustentá-las.

**Referências**


Associated Press. 2026a. "Brazil's Government Denies Visas to US Officials over Upcoming Elections." 26 de julho. https://apnews.com/article/c40be173ef908f266e5b55e8e9565cf3

Associated Press. 2026b. "US Ramps Up Cuba Sanctions and Detentions of Americans Returning from the Island." 20 de agosto. https://apnews.com/article/f60f12386ac528c3511d929cc3e1431c

Associated Press. 2026c. "US Consumer Confidence Falls to Lowest Level in 7 Months with Gas Stuck above $4." 25 de agosto. https://apnews.com/article/8fdcfa56f35b9eac2399fe1d167f8fbd

Associated Press. 2026d. "US Patriot Missile Stocks in Europe Are 'Beyond Critical' Due to Iran War, Officials Say." 27 de agosto. https://apnews.com/article/09c7d8030a2e11fbd8ee3f7176b3f2d4

Associated Press. 2026e. "Trump Says US Has Entered Deal with Venezuela to Take Control of 65 Billion Barrels of Oil Reserves." 28 de agosto. https://apnews.com/article/eb0ed5a1e99602c21a7f690c3368020e

Associated Press. 2026f. "US Strikes Iranian Rocket Launchers on the Strait of Hormuz in First Military Action in Weeks." 30 de agosto. https://apnews.com/article/6b098da673ac3161a266ee459d5eff44

Associated Press. 2026g. "United Arab Emirates Says It Has Intercepted an Iranian Drone over Its Territorial Waters." 31 de agosto. https://apnews.com/article/9f34873bad9a928574c36ee984c3f96b

Associated Press. 2026h. "Bessent Huddles with G20 to Try to Rally Allies on Iran as Tariffs Strain Ties." 31 de agosto. https://apnews.com/article/6011cce3d5b5a6f898bb3a66dc9fa612

Bergmann, Max, et al. 2025. "The Transatlantic Alliance in the Age of Trump. The Coming Collisions." Center for Strategic and International Studies, 14 de fevereiro. https://www.csis.org/analysis/transatlantic-alliance-age-trump-coming-collisions

Brookings Institution. 2026. "Beijing's Playbook for the US-Iran War." 8 de maio. https://www.brookings.edu/articles/beijings-playbook-for-the-us-iran-war/

Brooks, Stephen G., e William C. Wohlforth. 2016. America Abroad. Why the Sole Superpower Should Not Pull Back from the World. Oxford University Press. https://global.oup.com/academic/product/america-abroad-9780190464257

Center for Strategic and International Studies (CSIS). 2025. "Navigating Disruption. Ally and Partner Responses to U.S. Foreign Policy." 6 de outubro. https://features.csis.org/responses-to-US-foreign-policy/

Council on Foreign Relations (CFR). 2026. "Trump's Defense Demands Are Pushing Asian Allies Toward China." 17 de junho. https://www.cfr.org/articles/trumps-defense-demands-are-pushing-asian-allies-toward-china

Cox, Robert W. 1983. "Gramsci, Hegemony and International Relations. An Essay in Method." Millennium 12 (2), 162-175. https://doi.org/10.1177/03058298830120020701

Ewers, Elisa, e Michael Schiffer. 2026. "What the Iran War Taught China About Fighting the United States." Council on Foreign Relations, 12 de maio. https://www.cfr.org/articles/what-the-iran-war-taught-china-about-fighting-the-united-states

Hegseth, Pete. 2025a. “Opening Remarks at the Ukraine Defense Contact Group.” U.S. Department of Defense, 12 de fevereiro. https://www.defense.gov/News/Speeches/Speech/article/4064113/opening-remarks-by-secretary-of-defense-pete-hegseth-at-ukraine-defense-contact/

Hegseth, Pete. 2025b. “Remarks at the 2025 Shangri-La Dialogue.” U.S. Department of Defense, 31 de maio. https://www.defense.gov/News/Speeches/Speech/article/4202494/remarks-by-secretary-of-defense-pete-hegseth-at-the-2025-shangri-la-dialogue-in/

Ikenberry, G. John. 2011. Liberal Leviathan. The Origins, Crisis, and Transformation of the American World Order. Princeton University Press. https://www.jstor.org/stable/j.ctt7rjt2

Ipsos. 2026. “Americans Continue to Expect Extended U.S. Military Involvement in Iran.” Pesquisa Reuters/Ipsos, 24 de agosto. https://www.ipsos.com/en-us/americans-continue-expect-extended-us-military-involvement-iran

Kanodia, Kanishkh. 2025. “US Indo-Pacific Allies Are Unhappy about Trump’s Defence Demands. They Have to Comply.” Chatham House, 14 de julho. https://www.chathamhouse.org/2025/07/us-indo-pacific-allies-are-unhappy-about-trumps-defence-demands-they-have-comply

Kennedy, Paul. 1987. The Rise and Fall of the Great Powers. Random House. https://www.penguinrandomhouse.com/books/91692/the-rise-and-fall-of-the-great-powers-by-paul-kennedy/

Layne, Christopher. 1997. “From Preponderance to Offshore Balancing. America’s Future Grand Strategy.” International Security 22 (1), 86-124. https://direct.mit.edu/isec/article/22/1/86/11575/From-Preponderance-to-Offshore-Balancing-America-s

Lindsay, James M. 2026. “Will U.S. Allies Succeed in Hedging Against the United States?” Council on Foreign Relations, 18 de fevereiro. https://www.cfr.org/articles/will-u-s-allies-succeed-in-hedging-against-the-united-states

Monteiro, Nuno P. 2014. Theory of Unipolar Politics. Cambridge University Press. https://www.cambridge.org/core/books/theory-of-unipolar-politics/8B28E1C45E984540EAF6E15683E11856

Office of Foreign Assets Control (OFAC). 2026. “Counter Narcotics, Counter Terrorism, Cuba-Related, and Iran-Related Designations.” 20 de agosto. https://ofac.treasury.gov/recent-actions/20260820

O’Hanlon, Michael E., e Michael Poznansky. 2026. “Why Lower Munitions Stocks Won’t Undercut Deterrence of China.” Brookings Institution, 10 de junho. https://www.brookings.edu/articles/why-lower-munitions-stocks-wont-undercut-deterrence-of-china/

Posen, Barry R. 2014. Restraint. A New Foundation for U.S. Grand Strategy. Cornell University Press. https://cornellpress.cornell.edu/book/9781501700729/restraint/

Posen, Barry R., e Andrew L. Ross. 1996. “Competing Visions for U.S. Grand Strategy.” International Security 21 (3), 5-53 (inverno de 1996/97). https://ssp.mit.edu/publications/1997/competing-visions-for-u-s-grand-strategy-0

Reuters. 2026a. “US Floats Prospect of Joint Strikes on Colombian Armed Groups.” 12 de agosto. https://www.reuters.com/world/americas/hegseth-welcomes-colombia-counter-drug-alliance-after-its-election-2026-08-12/

Reuters. 2026b. “US Cancels Joint Marine Drills with South Korea over Iran War-Related Force Constraints.” 24 de agosto. Reproduzido em Investing.com. https://www.investing.com/news/world-news/us-cancels-joint-marine-drills-with-south-korea-over-iran-warrelated-force-constraints-4872702

Reuters. 2026c. “Lula, Trump Discuss Tariffs in Phone Call, Brazil Says.” 21 de agosto. Reproduzido em UOL Notícias. https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2026/08/21/lula-e-trump-conversaram-por-telefone-nesta-sexta-diz-planalto.htm

Trump, Donald J. 2026. “Continuation of the Exercise of Certain Authorities Under the Trading With the Enemy Act.” Presidential Determination 2026-21, 20 de agosto. Federal Register 91 FR 54935. https://www.federalregister.gov/documents/2026/08/25/2026-17374/continuation-of-the-exercise-of-certain-authorities-under-the-trading-with-the-enemy-act

U.S. Department of War. 2026. 2026 National Defense Strategy. 23 de janeiro. https://media.defense.gov/2026/Jan/23/2003864773/-1/-1/0/2026-national-defense-strategy.pdf

U.S. Department of the Treasury. 2026. “Treasury Launches Unprecedented Campaign against Iranian Regime on Economic D-Day.” 24 de agosto. https://home.treasury.gov/news/press-releases/sb0613

USNI News. 2026. “USS Abraham Lincoln Leaves the Middle East after Almost 7 Months.” 22 de agosto. https://news.usni.org/2026/08/22/uss-abraham-lincoln-leaves-the-middle-east-after-almost-7-months

White House. 2025. National Security Strategy of the United States. Novembro de 2025, divulgada em dezembro de 2025. https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2025/12/2025-National-Security-Strategy.pdf

White House. 2026a. “Addressing Threats to the United States by the Government of Cuba.” Ordem Executiva 14380, 29 de janeiro. https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/2026/01/addressing-threats-to-the-united-states-by-the-government-of-cuba/

White House. 2026b. “Imposing Sanctions on Those Responsible for Repression in Cuba and for Threats to United States National Security and Foreign Policy.” Ordem Executiva 14404, 1º de maio. https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/2026/05/imposing-sanctions-on-those-responsible-for-repression-in-cuba-and-for-threats-to-united-states-national-security-and-foreign-policy/